

PARTE II

AMÉRICA LATINA
ANTE LA ECONOMÍA MUNDIAL

CARLOS EDUARDO MARTINS*

NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

INTRODUÇÃO

Desde a década de 70 do século XX, vem se expandindo na América Latina o que se convencionou chamar de padrão neoliberal de desenvolvimento. Ele se inicia com experiências localizadas no Chile, Argentina e Uruguai, mas ganha impulso nos anos 80 e se consolida nos 90, tornando-se predominante na região com o estabelecimento do consenso de Washington. O neoliberalismo redimensiona as relações de dependência ao desestruturar as políticas de substituição de importações e criar novas formas de vinculação da região à economia mundial.

O neoliberalismo apresenta duas grandes fases de articulação da América Latina na economia mundial. A primeira nos anos 80, quando o país hegemônico, mergulhado em sua crise de longo prazo, drena os excedentes da economia mundial e não oferece nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para a região; a segunda, que se estabelece no início dos anos 90, quando os Estados Unidos se organizam para um novo ciclo expansivo

* Doutor em Sociologia (USP).

e estabelecem um novo projeto de inserção internacional para a América Latina, condensado num conjunto de políticas públicas chamadas de consenso de Washington.

Durante a década de 80, o neoliberalismo vai atuar sobre a região, principalmente, a partir dos efeitos que as políticas estadunidenses vão ter sobre a economia mundial. As experiências neoliberais são intentos isolados envolvidos em contextos autoritários e fascizantes, como são os casos do Chile e da Argentina. Em geral, se manterá uma forte estrutura protecionista para apoiar a geração de superávits destinados ao pagamento dos juros e dos serviços da dívida externa. Mas partir dos anos 90, a região muda a sua arquitetura macroeconômica. A estrutura protecionista é dissolvida em favor da liberalização comercial, financeira e da valorização do câmbio. A partir de 1995, com a crise mexicana, e posteriormente, em 1999, com a crise brasileira, ou em 2002, com a crise Argentina, a valorização do câmbio dá lugar à sua liberalização e torna-se dominante na região.

A região acompanha esses sinais com seu movimento cíclico próprio. Em função da dependência este se articula com um certo atraso aos movimentos cíclicos do centro hegemônico. A *fase B* do ciclo de Kondratiev se desenvolve na América Latina a partir de 1980 e começa a dar sinais de esgotamento a partir de meados da década de 90, quando alguns países como o México entram numa etapa de acumulação produtiva¹. Ele se junta ao Chile que havia ingressado na crise em início dos anos 70 e dela saído em fins dos anos 80.

Procuramos dimensionar os efeitos que as novas formas de articulação à economia mundial, impulsionadas pelo neoliberalismo, têm sobre o desenvolvimento latino-americano. Nossa avaliação sobre esses impactos é bastante negativa. Se o desenvolvimento realizado entre os anos 1950-70 na América Latina trouxe a combinação de crescimento econômico com desigualdade, a nova *fase A* do Kondratiev não terá a mesma força econômica e deverá produzir efeitos sociais e ambientais mais deletérios. Entre esses resultados podemos destacar: taxas de crescimento econômico medíocres para a região, a desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo e o aprofundamento da superexploração do trabalho para suas formas mais graves.

¹ Os ciclos de Kondratiev foram descobertos pelo economista russo Nicolai Kondratiev e dividem-se em fases A (expansão) e B (recessão) em períodos de 50 a 60 anos.

OS NOVOS PADRÕES DA DEPENDÊNCIA: O NEOLIBERALISMO E O CICLO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA

Com a ascensão do neoliberalismo à ideologia hegemônica, distinguiram-se duas grandes fases de articulação da América Latina à economia mundial. Uma primeira, de financeirização, que se inicia em fins dos anos 1970, mas que revela crescente esgotamento a partir de meados dos anos 1990, e outra de acumulação produtiva, que se insinua, desde então, ainda que apresente muita debilidade.

A fase de acumulação financeira possui um primeiro momento, entre fins dos 1970 e os anos 1980, quando, impulsionados pela alta das taxas de juros nos Estados Unidos, os egressos de capital, sob suas diversas formas, ultrapassam em larga escala os ingressos da conta capital e exigem a reconstrução do saldo comercial para financiar em parte esse movimento. O outro momento se desenvolve desde o início dos anos 1990, quando a redução das taxas de juros internacionais, a renegociação de dívidas externas e a manutenção dos saldos comerciais até 1991 servem de base para a formação de reservas internacionais que sustentam uma política de déficits comerciais e atração do capital estrangeiro através de altas taxas de juros e valorização das moedas nacionais. A principal contradição macroeconômica deste segundo momento para a América Latina está na explosão dos títulos da dívida pública e de instrumentos financeiros emitidos pelo setor privado, vis-à-vis a sua cobertura em reservas e a capacidade de pagamento dos segmentos privados nacionais (Dos Santos, 1995).

Esse processo de financeirização gera um violento sucateamento dos segmentos maior valor agregado, como o de bens de capital, desenvolvidos na região pelas políticas de substituição de importações. Ele culmina na necessidade de geração de significativos superávits comerciais e na transferência de parte do setor público e privado nacional para o capital internacional para financiar parte do resultado negativo da conta corrente e do endividamento público e privado, uma vez exaurido esse ciclo de investimento financeiro.

A fase de acumulação produtiva começa a se desenvolver a partir da segunda metade da década de 90, quando a financeirização dá sinais de esgotamento. Ela se caracterizará pela manutenção das políticas neoliberais que vinculam o crescimento econômico aos déficits comerciais, mas se diferenciará da fase de centralização de capitais pelo fato de que a acumulação estará balizada pelas taxas de lucro e não pelas taxas de juros. Esta fase se apresenta no México,

depois da crise de 1995, e no Chile que mantêm taxas de juros bastante mais baixas que Brasil e Argentina (Gráfico 1).

A consistência dessa fase de concentração de capitais será bastante débil. O alto nível de contradições que caracterizará esse período, não permitirá um amplo deslocamento das taxas de juros para a taxa de lucro como fundamento da acumulação do capitalismo latino-americano. As políticas neoliberais impulsionam a concorrência externa, a valorização do câmbio e a inflexão negativa do saldo comercial, reduzindo os preços internos e deprimindo a taxa de lucro. Em conseqüência precipitam-se períodos de crise estimulando a saída de capitais. A recuperação da taxa de lucro é custosa e conflitiva, pois exige o restabelecimento, ainda que provisório, dos saldos comerciais. As tentativas de solucionar a crise econômica pela substituição do câmbio fixo apreciado, que caracterizou a primeira onda de aplicação de políticas do consenso de Washington, pela adoção do câmbio flutuante, não conduzem à sustentabilidade macroeconômica.

Durante a crise o câmbio se desvaloriza, expressando a alta demanda de dólares para financiar o endividamento provocado pelos déficits em conta corrente e a saída de capitais estrangeiros. A deterioração dos termos de troca que se ocultava durante a fase de expansão se restabelece na crise e a desvalorização cambial, que impulsiona a competitividade espúria das exportações, defronta-se com pagamentos imediatos em dólar e só gera resultados em prazo mais dilatado, em razão do efeito-J². Recorre-se à superexploração do trabalho, restringe-se a demanda interna e aprofunda-se a recessão para se gerar em dólar um superávit que financie os resultados negativos em fluxos de capital e atinja o equilíbrio macroeconômico. Esse caminho enfrenta o acúmulo de tensões sociais e políticas que dificultam o ajuste. Ao retomar-se o crescimento, com o mesmo padrão de inserção comercial e financeira internacional, o precário equilíbrio macroeconômico que se atingiu, deteriora-se aceleradamente. As importações se incrementam, o câmbio se valoriza pelo ingresso de capitais externos e os saldos comerciais tendem a se transformar em seu inverso. Aumenta-se o grau de endividamento ou a desnacionalização para prolongar-se a expansão, mas os egressos de capitais sob a forma de pagamentos de serviços fatoriais e não-fatoriais e amortizações da dívida externa

2 O efeito-J aponta para o fato de que as desvalorizações estabelecem a curva de exportações que se assemelha ao desenho de um J. Isto é, caem no início para se elevarem depois.

crecem com rapidez e inviabilizam seu financiamento. Produz-se, então, uma oscilação cíclica inversa.

A diferença dessa *fase A* do Kondratiev, sob mecanismos de dependência, em relação a etapa final da *fase B* anterior será menos profunda do que se poderia supor, o que sublinha a previsão da sua mediocridade enquanto período longo de expansão. A fragilidade da sustentação da taxa de lucro no ambiente de alta exposição à concorrência externa, impulsionará o endividamento externo, a desnacionalização e a taxa de juros como recursos auxiliares para manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. Esses recursos auxiliares possuem limites para manter o equilíbrio o que contribui para a amplitude das oscilações cíclicas. O endividamento externo poderia amortecer provisoriamente a contração dos ingressos de capitais, mas a restrição de recursos dos organismos financeiros internacionais, que deixam de contar com uma poderosa injeção de recursos do *hegemon* devido aos seus crescentes déficits cambiais, limita as possibilidades de gestão global das crises. A desnacionalização aumenta os pagamentos em serviços fatoriais, sem gerar expansão da riqueza interna e encontra limites na disponibilidade de ativos nacionais. A elevação das taxas de juros pode impulsionar o equilíbrio macroeconômico através da redução do crescimento econômico ou da atração de capitais pela via financeira, mas impulsiona os altos estoques da dívida pública interna que desestimulam novos ingressos de capitais e constrange ainda mais a taxa de lucro, gerando novas saídas de capitais e a retração das taxas de investimento que produz efeitos negativos a médio prazo sobre a competitividade e a balança comercial.

As dificuldades de realização dos ajustes e a ampliação das oscilações cíclicas deverão reduzir substancialmente o crescimento econômico da nova *fase A* do Kondratiev. Esta deve se expressar, frente à *fase A* anterior, em menores taxas de crescimento *per capita* e/ou numa menor duração. Os ciclos médio (Juglar) e curtos (Kitchins)³ –de aproximadamente 10 anos e 40 meses, respectivamente, divididos em *fases A e B*– do Kondratiev emergente deverão terminar suas fases de expansão em períodos depressivos que exigirão o aprofundamento da superexploração do trabalho e novas desnacionalizações para saldar os débitos no balanço de pagamentos. O esgotamento relativo do estoque de bens a serem desnacionalizados impulsiona a diretriz do ajuste cada vez mais para a superexploração. A nova *fase A* do Kondratiev não

3 Veja-se o clássico de Schumpeter, *Business cycles* (1939).

reduzirá significativamente a desvinculação das burguesias latino-americanas do setor produtivo, nem sua contra-partida, o rentismo. Desenvolverá num outro contexto essas características, presentes durante a etapa de centralização de capitais dos anos 80 e 90.

As oscilações da taxa de lucro, o endividamento privado e a desnacionalização estimularão o uso do poder de especulação e expropriação do Estado por parte das burguesias locais e internacionais, criando uma situação de grande instabilidade política.

Uma vez expostas nossas principais teses em relação à trajetória de desenvolvimento da América Latina sob o neoliberalismo, vejamos os principais fundamentos empíricos que lhes dão respaldo.

OS DÉFICITS COMERCIAIS E A CRISE: PADRÕES HISTÓRICOS

Que limites possuem para a região as políticas que estabelecem para a América Latina uma arquitetura macroeconômica que desarticula crescimento econômico de superávits comerciais?

A teoria da dependência através de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Orlando Caputo afirma que o capital estrangeiro somente tem altas de reinvestimento em uma região se as pressões competitivas lhe impuserem isso. Do contrário, esse capital prefere elevar suas taxas de lucro e repatriar-se, remunerando seus proprietários não-residentes.

Os países dependentes, ao possuírem estruturas econômicas subordinadas ao capital estrangeiro e de baixa competitividade, tendem a ter fluxos de capital negativos com o exterior. Ao analisarem a estrutura do balanço de pagamentos latino-americana do *boom* do pós-guerra, Theotônio Dos Santos (1970, 1972 e 1978) e Orlando Caputo (1973) assinalam que ela apresenta a seguinte característica: evolução para um forte déficit na conta corrente em razão do resultado negativo em serviços do capital (remessas de lucros, serviços técnicos, juros, etc) e em menor escala de serviços correntes (fretes, seguros e viagens). Eles indicam que o peso negativo dos serviços de capital e dos serviços correntes podem ser compensados mediante duas formas: a) entrada de capitais, por um resultado positivo na conta capital; e b) superávits na balança comercial. A primeira forma, a entrada de capitais, aprofunda dialeticamente o resultado negativo do balanço de pagamentos. A segunda forma, os superávits comerciais, constitui um mecanismo estável, porém limitado de compensar o déficit nos serviços, em razão da importância crescente dos

movimentos financeiros com o avanço do processo de monopolização do capital.

Na América Latina, os superávits comerciais foram importantes instrumentos para diminuir as pressões sobre a balança de pagamentos e sustentar um equilíbrio macroeconômico que, embora precário, garantiu taxas de crescimento econômico significativas viabilizando a acumulação externa de capitais. Uma breve história do balanço de pagamentos latino-americano permite registrar a importância do superávit comercial para a sustentação do crescimento econômico latino-americano, pois os períodos de crise da economia regional seguiram-se a sua diminuição ou desaparecimento, tornando-o incapaz de financiar a dependência tecnológica e os serviços do capital e correntes da balança de pagamentos (CEPAL, 1985; Maddison, 1995; Hofman, 1998).

No período de 1900-29, o progressivo esgotamento do saldo comercial latino-americano durante a aceleração do crescimento de 1906-12 levou à crise de 1913-19. Uma nova deterioração do superávit comercial ocorreu na expansão entre 1920-29 e conduziu à crise econômica de 1929-33. Essa crise só pode ser superada pela ampla institucionalização da industrialização substitutiva que utilizou as divisas de exportação para financiar a importação industrial, para o que contribuiu a suspensão de pagamentos dos serviços da dívida externa. Entre 1946-80, a volta dos fluxos de capitais estrangeiros articulou-se à estrutura protecionista criada pela substituição de importações. A sua conjugação com os saldos comerciais, durante o conjunto desse intervalo, empurrou as taxas de crescimento econômico para cima, pois esse duplo mecanismo atuou no financiamento do balanço de pagamentos. As fases de crise econômica ocorreram nos períodos que se seguiram ao esgotamento dos saldos comerciais e sua conversão em déficits. A crise de 1952 é seguida do déficit latino-americano de 1951; o esgotamento do superávit entre 1957/61 desdobra-se na crise de 1962/67; e posteriormente, a constituição de importantes déficits comerciais na região, entre 1970-81, leva a enorme crise de 1979-90, quando os ingressos na conta capital caem dramaticamente e se eleva brutalmente o ônus da dependência financeira.

Entre 1991-94, criam-se reservas monetárias na região em função, como mencionamos, da combinação entre a redução das taxas de juros internacionais, renegociação da dívida externa, reentrada dos fluxos de capitais e manutenção até 1991 de saldos na balança comercial. Nesse intervalo, impõe-se uma arquitetura macroeconô-

mica neoliberal à região que, a partir de 1992, gera déficits comerciais seguidos até 1999. Entre 1992-94, o déficit comercial salta de 1,2% para 1,8% e o déficit em conta corrente de 2,7% para 3,3% do PIB da região⁴. Como resultado, em 1995, eclodem as crises mexicana e argentina e o PIB *per capita* da região decresce 1%. Em 1996, os déficits comerciais e em conta corrente caem para 0,7% e 2,2%, mas voltam a crescer progressivamente até 2,7% e 4,5% em 1998, quando se desenvolve uma conjuntura crítica na região. Ela alinha numa mesma tendência à crise e estagnação o produto das economias brasileira, argentina, mexicana e chilena.(CEPAL, 2003).

No período atual, dois fatores desempenham um papel decisivo na diminuição da importância da balança comercial para equilibrar a balança de pagamentos latino-americana. O primeiro, como mencionamos, a importância cada vez maior dos movimentos de capitais em relação aos movimentos de mercadorias que se expressa na brutal expansão da financeirização na economia mundial e no controle intra-empresarial de grande parte do comércio internacional. O segundo, a enorme intensificação do processo de concorrência externa sobre a região, mediante a aceitação de padrões neoliberais de desenvolvimento. Este processo impulsiona a deterioração dos termos de troca e a atuação da mais-valia extraordinária, desde o mercado internacional, sobre a região. O resultado é a tendência à inversão da posição histórica da balança comercial de fator de equilíbrio do balanço de pagamentos. Dentro do padrão neoliberal esta tendência só pode ser contida com a restrição do crescimento econômico.

A América Latina se aproxima da nova fase expansiva do Kondratiev com uma arquitetura econômica que introduz profundos limites ao seu crescimento econômico.

As restrições seculares ao crescimento, postas pela crescente dependência financeira se combinam com as limitações conjunturais, vinculadas a esse padrão de regulação, e produzem uma expansão econômica profundamente medíocre, mas não impedem a sua participação no Kondratiev expansivo que se inicia na economia mundial em 1994.

4 Os indicadores da CEPAL, que consultamos em www.eclac.org contabilizam conjuntamente os resultados da balança comercial e de serviços não-fatoriais, que incluem pagamentos de serviços ligados ao comércio (como o transporte), outros serviços (como os tecnológicos) e viagens internacionais. De toda forma nos dão uma visão aproximada do comportamento da balança comercial e de sus tendências.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO MEDÍOCRE

Mencionamos que a América Latina se sujeita, no padrão neoliberal, a um crescimento profundamente medíocre, marcado por fortes oscilações, mesmo quando ingressa na nova *fase A* do Kondratiev. Embora possa haver uma certa aceleração do crescimento econômico, em relação ao obtido durante a *fase B*, esse tende a se esgotar rapidamente e a reproduzir seus movimentos cíclicos em uma tendência cada vez mais descendente.

Podemos observar que se a economia mundial entra, a partir de 1994, num crescimento relativamente sustentado, ainda que com certa margem de oscilação, o desempenho econômico da América Latina, desde os anos 90, revela forte instabilidade e perda de dinamismo (Gráfico 2). Suas oscilações são amplas e os limites inferiores cada vez mais descendentes e largos, o que revela a maior amplitude e profundidade das recessões.

Esse processo expressa o esgotamento do ciclo de financeirização na região que se manifesta de forma espetacular na depressão argentina e na estagnação brasileira, mas não se limita a isso. Reflete também a perda de dinamismo dos países que ingressaram na *fase A* do Kondratiev. No Gráfico 3 podemos desagregar o crescimento *per capita* de Brasil, Argentina, Chile e México. Os dois primeiros, ainda no âmbito da financeirização, apresentam desempenho bastante inferior nos anos 90. O Chile, que ingressa na acumulação produtiva em fins dos anos 80, e o México, que o faz após a crise de 1995, descrevem trajetórias, que embora superiores em dinamismo, perdem nitidamente impulso, conduzindo a recessões ou à estagnação ao final do período. A *fase A* reduz o escopo das oscilações, mas estas permanecem altas e dificultam a sustentação do crescimento econômico.

As oscilações do PIB latino-americano indicam o aumento da atuação do capital estrangeiro e seu papel desestabilizador sobre o desenvolvimento da região. O aumento dos fluxos deste capital nos anos 90, sob o câmbio apreciado ou flutuante e sem a proteção das barreiras comerciais, provoca grandes desequilíbrios no balanço de pagamentos que não encontram apoio suficiente no financiamento internacional. Esses limites ao financiamento internacional encontram sua raiz, não apenas nas necessidades de capitais do *hegemon*, que deixa de fortalecer as instituições econômicas multilaterais, mas também na extensão dos desequilíbrios provocados pelo padrão neoliberal na América Latina que alcançam, em 1998, um déficit de US\$ 87 bilhões em conta

corrente, quando os egressos passam a predominar nos fluxos de capitais externos.

Nas oscilações cíclicas da região passa a ter participação cada vez maior o mercado mundial. Seu peso sobre o PIB da região praticamente se duplica entre 1990-2000. Em 1990, o comércio exterior representava 24,7% do PIB da região. Esse índice salta para 33,2% em 1995, 38,6% em 1997 e alcança 44,4% em 2000 (Gráfico 4). Mas suas exportações pouco se elevam, passando de 4% a 4,9% da economia mundial, entre 1990-98, indicando o seu empobrecimento relativo (Maddison, 2001). A maior exposição ao mercado internacional estabelece alta convergência entre os movimentos cíclicos dos diversos países latino-americanos, a partir de 1996. Essa convergência se estabelece tanto sobre os países que se inscrevem no âmbito da acumulação produtiva, casos do Chile e México (desde 1996), como financeira, casos do Brasil e Argentina.

Uma consequência da vinculação dos ciclos à economia mundial é a que a forte ligação do comércio exterior da região aos Estados Unidos e à Europa Ocidental, zonas de menor crescimento relativo nesse Kondratiev, limita as possibilidades de seu desenvolvimento e reforça a necessidade de maior vínculo com o Oriente, em particular à Ásia, e com o seu mercado interno. Essa dependência comercial é altíssima no caso do México, que exporta cerca de 90% de suas mercadorias aos Estados Unidos, e baixa no caso do Chile, que destina cerca de 40% de suas exportações ao Japão e à Ásia.

O esforço exportador que se desenvolve na região não se traduz no aumento de sua competitividade (Gráfico 5) A percentagem de manufaturados se eleva de 17,9% para 58,1% das mercadorias exportadas, entre 1980-2001, mas isto se dá no âmbito de uma brutal deterioração dos termos de troca. Esta realidade se apresenta não apenas para a região no seu conjunto, mas em todos os casos individuais que consideramos (Gráficos 6 e 7) A elevação de manufaturados nas exportações é impulsionada pelo México, em razão não só da queda dos preços do petróleo, mas principalmente pela ação das *maquilladoras* sobre sua economia. Entretanto, ela também é impulsionada pelo Brasil, Argentina e, em menor grau, pelo Chile. No México, essa participação salta de 12%, em 1980, a 43% em 1990, alcança 85% em 1998, e cai a 83% em 2001, durante a estagnação dos Estados Unidos. Mas os termos de troca caem de um índice 100, em 1980, para 65 em 1991 e 64 em 2001, mesmo considerando a forte apreciação cambial que este país estabelece nos anos 90. No Brasil, a

maior parte da elevação de manufaturados se dá na década de 80, e é fortemente estimulada pela desvalorização cambial. A participação das manufaturas nas exportações se eleva de 37% a 51% entre 1980-90, desacelera seu crescimento com a combinação de valorização cambial e altas taxas de juros estabelecida pelo Plano Real, mas alcança 58% em 2001. Entretanto, os termos de troca caem a 61, desde o ponto de comparação básico de 1980.

Posteriormente se elevam com a apreciação do câmbio para 95, mas entram em queda livre e atingem 80.7 com a desvalorização. A Argentina apresenta melhoria do perfil exportador durante os anos 80, mas este estagna na década de 90 e a participação dos manufaturados se mantém em aproximadamente 30%. No entanto, a capacidade de compra de suas mercadorias equivale, em 2001, a 70% das que tinham em 1980. No Chile, a participação dos manufaturados, que estava em torno dos 10% nos anos 80, salta para 16% em 2001, em razão de seu ingresso na fase A do Kondratiev. Mas o poder de compra de cada mercadoria equivale a 58% do que tinham em 1980.

O México permite ilustrar as limitações do câmbio flutuante. A crise de 1995 conduz a uma grande desvalorização cambial associada às saídas de capital, mas a adoção do câmbio flutuante leva novamente a um forte movimento de apreciação cambial em razão dos novos ingressos de capitais estrangeiros. O câmbio salta de um índice de 152.1, em 1995, para 92.1 em 2002, valorizando-se mais que em 1994 (Gráfico 8). Em consequência impulsionam-se novamente os déficits comerciais e as limitações ao crescimento econômico, apesar de o México ser entre os países latino-americanos o que menos necessita se preocupar com tais déficits, em razão das transferências unilaterais realizadas por mexicanos que vivem ou trabalham nos Estados Unidos à sua terra de origem (CEPAL, 2003).

O caso chileno mostra dois grandes limitadores do crescimento. De um lado, a expressiva deterioração dos termos de troca impulsionada pela elevação na produtividade de mercadorias primário-exportadoras e de outro a elevação dos salários reais que reduziram durante o auge cíclico os níveis de superexploração praticados pelos militares chilenos. Os dados sobre linha de pobreza e salários reais, como veremos, mostram isso. Entretanto, conduzem à limitação da acumulação. A privatização das minas de cobre contribui também fortemente para isso ao elevar a produtividade em detrimento dos preços de exportação, barateando os insumos nas transações intra-firma das grandes corporações multinacionais. Os termos de troca no

Chile caem abruptamente de um índice de 85,3 para 58,2, entre 1995-2001, refletindo a privatização que se estabelece nos anos 90.

A inserção do Brasil e da Argentina no âmbito da *fase B* do Kondratiev e do Chile e do México (pós-95) em sua *fase A*, pode ser observada a partir dos seguintes indicadores: o crescimento do PIB *per capita*, as taxas de juros, os investimentos em capital fixo e em maquinarias e equipamentos. Como vimos, o Chile é o país de melhor desempenho econômico, durante o período analisado, mas é ultrapassado pelo México depois que esse ingressa na fase expansionista do ciclo longo. Brasil e Argentina têm desempenhos bem mais modestos (Gráfico 3). A Argentina, que mantém por mais tempo sua vinculação ao *currency board*, adequado às premissas intervencionistas do consenso de Washington, é o país que apresenta maior amplitude de oscilações. Essa experiência que implicou pesados déficits comerciais entre 1991-99, só descontinuados pela recessão de 1995, apenas pôde ser mantida provisoriamente pela brutal elevação do endividamento externo, que salta de 27,4% do PIB em 1992 para 57,1% em 1999, e a desnacionalização do seu aparato produtivo. A manutenção da paridade entre peso e dólar, até 2001, implicou numa política abertamente recessiva e depressiva que culmina no descontrole macroeconômico e no desastre de 2002.

As taxas de juros são mais altas no Brasil e refletem a maior força relativa de sua burguesia dentre os países latino-americanos. Este país desenvolve uma enorme dívida pública, em sua maior parte associada a credores internos, que permite à sua burguesia auferir altos rendimentos e compensar as perdas oriundas derivadas da maior concorrência externa⁵. O alto patamar dos juros diminuiu o crescimento econômico brasileiro e também suas oscilações, mas torna cada vez mais difícil preservá-lo, pois a tentativa de conter a expansão do endividamento, sem diminuir os juros, leva ao estabelecimento de políticas fiscais cada vez mais contracionistas, dirigindo a economia para a recessão e depressão. Chile e México, como vimos, possuem taxas de juros bem mais baixas. No México, depois da depressão de 1995, os juros caem de um patamar de 8% para índices negativos, mas sobem depois com restabelecimento do

5 Entre 1994-2000, durante o governo FHC, os gastos estatais elevam sua participação na economia de 29,3 a 42,7%, criando um déficit público que chega a atingir no período 7,4% do PIB. O grande beneficiário desse déficit foi o capital financeiro, pois a dívida pública entre 1995 e maio de 2002 saltou de 29,3% para 58% (Banco Central do Brasil, 2003).

crescimento econômico e dos déficits comerciais. O Chile é um exemplo de como os juros podem servir de instrumento auxiliar para equilibrar o balanço de pagamentos. Com as saídas de capitais de 1998, eles se elevam e alcançam 9,5% para reduzir o déficit comercial através da contenção do crescimento (Gráfico 1).

Os investimentos em capital fixo e em maquinarias e equipamentos também corroboram nossa classificação. Os investimentos em capital fixo atingem o auge na região em fins da década de 70. A partir de então caem acentuadamente, na década 80. Essa tendência atua com alta convergência nos países da amostra. Nos anos 90, as trajetórias divergem.

O Chile, desde o início da década estabelece uma trajetória ascensional que ultrapassa seus níveis anteriores de investimento em relação ao PIB e que apenas sofre uma inflexão para baixo com a desaceleração de seu crescimento econômico desde 1998. O México estabelece uma recuperação sustentada a partir de 1995. Sofre ligeira inflexão em fins da década, mas seus níveis de investimento relativo se aproximam dos anos 70. Brasil e Argentina ensaiam uma recuperação, mas permanecem com uma relação investimento/PIB inferior aos anos 70 (Gráfico 9).

Os investimentos em maquinarias e equipamentos permitem medir a qualidade do investimento em capital fixo (Gráfico 10). Quanto maior a sua participação neste, maior serão os impactos produtivos do capital fixo. No caso do Brasil, o auge dessa participação se estabelece em fins dos anos 70, quando alcança 41,8%, desde então há uma queda significativa para cerca de 30%, índice que permanece durante os anos 90. A Argentina, após a queda dos anos 80, estabelece uma recuperação voltando a atingir seus mais altos índices, mas isso se dá no contexto da expressiva redução da taxa de investimento. O México apresenta sustentada elevação da qualidade do investimento após a crise de 1995 e o Chile uma ligeira queda depois de sua desaceleração após 1998.

O desempenho da economia da América Latina se situa entre essas duas tendências. De um lado, reflete as tendências recessivas e de estagnação de Argentina e Brasil e, de outro, a expansão oscilante, instável e lenta de México e Chile. A entrada de Brasil e Argentina nos próximos anos, depois de exaurida aquelas tendências, numa fase expansiva poderá elevar a taxa de investimento da região e sua qualidade, mas não deverá melhorar significativamente o seu crescimento econômico. Para além das determinações mais gerais do padrão

neoliberal que restringem o crescimento latino-americano, Chile e México apresentam especificidades que as acentuam. O Chile, a sua inserção primário-exportadora que “agudiza” o fenômeno da deterioração dos termos de troca; o México, a sua dependência do mercado estadunidense que, se impulsionou o crescimento da sua economia de 1996-2000, desde então se converte numa barreira crescente à sua expansão, em razão dos obstáculos ao desenvolvimento da economia estadunidense e sua crescente articulação ao setor militar.

A DESNACIONALIZAÇÃO E A DESTRUIÇÃO DE VALOR AGREGADO

Outra conseqüência, que mencionamos, do padrão neoliberal é a desnacionalização da economia e a destruição dos segmentos de maior valor agregado. A desnacionalização pode ser observada pelos seguintes indicadores: a relação entre dívida externa e PIB; a proporção de fusões e aquisições que respondem pelos ingressos de capital estrangeiro; e o grau de participação do capital estrangeiro na propriedade dos ativos nacionais.

No tocante a dívida externa, podemos observar o seu crescimento entre 1991-2001 na Argentina, no Chile e no Brasil (Gráfico 11). Na Argentina, como vimos, o crescimento é contínuo e sistemático. No Chile, a dívida externa estava em 50% do PIB, em 91, cai a seu ponto mais baixo, em 95, ao alcançar 33,3%, no período de crescimento acelerado, mas a desaceleração da expansão, desde então, quando se acentua a deterioração dos termos de troca, conduz novamente ao aumento da dívida que atinge 57,7% em 2001.

No Brasil, a dívida externa cai durante a valorização do câmbio de 30,4%, em 1991, para 22,6% em 1995, mas a retração econômica em 1998, a posterior desvalorização do câmbio e o financiamento externo dos desequilíbrios do balanço de pagamentos criam uma trajetória de constante ascenso, elevando-a a 43,4% do PIB, em 2001. O México, dentre os países que analisamos é o único a reduzir sua dívida externa –que cai de 37,2% para 23,4% entre 1991-2001, após um pico de 57,8% em 1995– mas o faz no contexto de uma valorização cambial dificilmente sustentável. Em razão dessas tendências opostas, a dívida externa na América Latina entre 1991-2001 permaneceu estável em 39%, embora, a partir de 2002, vá contar com o impulso da desvalorização do peso argentino.

Os dados de fusões e aquisições e de participação do capital estrangeiro nos ativos nacionais que dispomos são mais precários e

não abrangem todos os países, mas são fortemente indicativos. Em relação a fusões e aquisições, dispomos de informações do Banco Central de Argentina, que assinala que nesse país, entre 1992-2002, 59,7% do investimento direto que ingressou o fez para adquirir ativos nacionais. David Kupfer e Frederico Rocha (2001), em trabalho sobre a evolução das empresas líderes brasileiras na década de 90, calculam que numa amostra de aproximadamente 350 empresas líderes, o valor das transações de transferência de propriedade tenha alcançado US\$ 117.3 bilhões e que o capital estrangeiro tenha sido o responsável por 62,5% deste valor, o que corresponderia a 44,5% do saldo da conta financeira no período.

Em relação à participação de capital estrangeiro nos ativos nacionais, Kupfer e Rocha demonstram que o capital estrangeiro saltou no Brasil de 14,8% a 36,4% das receitas das empresas líderes entre 1991-99. Esse salto foi obtido inicialmente sobre a redução da participação das empresas estatais que diminuíram suas receitas de 44,6% para 24,3%. Mas entre 1996-99, a expansão das multinacionais se faz também sobre as empresas privadas nacionais que reduzem suas receitas de 44,1% a 39,3%. Esse salto se concentra sobre o setor de serviços e a indústria. No primeiro, o capital estrangeiro aumentou sua participação de 9,4% para 26,1% das receitas, entre 1991-99, e no segundo esse aumento foi de 36% para 53,5%, ao passo que a retração das empresas privadas nacionais foi de 43,5% a 34%.

A destruição dos segmentos de maior valor agregado da região pode ser observada a partir dos seguintes indicadores: a participação da indústria manufatureira no PIB e da indústria metal-mecânica na atividade manufatureira. A metal-mecânica, como assinala Fernando Fajnzylber (1983), corresponde ao segmento estratégico da indústria e nos países centrais alcança cerca de 40% de toda a atividade manufatureira.

Como podemos observar nos Gráficos 12 e 13 há uma nítida contração da participação da manufatura no PIB. Os casos mais acentuados são os do Brasil e Argentina. No Brasil, a indústria manufatureira representava 33,6% do PIB em 1980. Desde então, se estabelece uma trajetória descendente que se acentua na década de 90. Em 1990, a participação havia caído para 28,4, em 2000, atingia 19,8%. Na Argentina, a queda também se concentra nos anos 90, o que mostra o papel deletério do comércio exterior para a atividade industrial. Em 1980, a indústria argentina representava 27,9% do PIB, em 1990, 25,2% e em 2000, apenas 16,7%. No caso chileno, também se

estabelece uma queda nos anos 90, ainda que mais suave, pois a manufatura passa de 21,7% a 17,4% do PIB, situando-se em termos relativos acima da indústria argentina, submetida a mais de uma década de *currency board*. O México é o país de melhor desempenho no setor manufatureiro, o que reflete a atuação das *maquilladoras*. A indústria mexicana representava 22,1% do PIB em 1980 e sofre uma pequena queda para atingir 21,2% em 2000.

O México ainda aumenta sua participação na indústria metal-mecânica de 24,7% nos anos 80 para 28% em 1997. Mas o restante dos países sofre redução: O Brasil de 24,7% a 21,3% entre 1980-90; a Argentina de 25,7% a 17,6% entre 1980-96; e o Chile de 18,9 a 12,7% no mesmo período.

Poderia-se pensar que a redução da indústria faz parte de uma tendência de deslocamento da composição do PIB para o setor de serviços, de maior dinamismo e qualificação. Mas no caso latino-americano esse deslocamento significa mais uma destruição da capacidade da indústria agregar valor que a formação de um setor de serviços qualificado e criador de valor. O que ocorre no padrão neoliberal é que uma parte da indústria se articula ao mercado internacional em detrimento da que se volta para o mercado interno da região. Os segmentos de bens de capital que haviam se estabelecido, em parte, sob a pretensão de integrar os mercados nacionais e regionais são sucateados pela concorrência internacional. Esses processos geram déficits comerciais e o recurso à superexploração para equilibrar o balanço de pagamentos.

O APROFUNDAMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Vimos em outros trabalhos os determinantes teóricos que estabelecem o aprofundamento da superexploração sob o padrão neoliberal (Martins, 2003). Aqui veremos seu comportamento empírico durante esse período.

A trajetória dos salários é mascarada durante parte do período neoliberal em razão das políticas de valorização cambial que se adotou e que permitiram à população desfrutar de um poder de compra acima de sua renda real. Isto conduziu ao enorme endividamento e à crise que impôs posteriormente o ajuste do poder de compra dos salários à realidade de longo prazo do padrão de acumulação.

O caso mais expressivo deste processo é o argentino. A população abaixo da linha de pobreza em fins dos anos 80, durante a

recessão e a hiperinflação, era de 32,3%. O plano de convertibilidade que iguala o peso ao dólar reduz inicialmente a pobreza para cerca de 25%. Ela fica nesse patamar até 1999, quando a necessidade de frear o crescimento da economia para gerar superávits comerciais começa a elevá-la. Salta para 35,4% em 2000 e com a desvalorização, em 2002, alcança 54,3% dos argentinos.

Podemos observar que durante os anos dourados do neoliberalismo, embora a pobreza diminuísse por razões especulativas, suas raízes estruturais se aprofundavam, pois o desemprego praticamente se triplicava pulando de 5,3% em 1988 para cerca de 14% (Gráfico 14).

O caso mexicano indica as dificuldades do padrão neoliberal em evitar que a superexploração assuma suas formas mais agudas de deterioração salarial (Gráfico 15). Mesmo havendo entrado na fase expansiva do ciclo longo, os níveis salariais não recuperam patamares de 1980, quando atingem o índice de 113.4, ponto mais alto da série. Entre 1996-2001, situam-se até 1999, próximos a 90.0, e se elevam até alcançar 104.1 em 2001. Mas a crise econômica que se abate sobre o país deve limitar esse ascenso. A visualização da profundidade da superexploração, nos casos do México e da Argentina ainda se reforça se observamos que a escolaridade média das populações mexicana e argentina se elevaram em 50% e 25%, respectivamente, entre 1980-2001 (Gráfico16).

O exemplo do Chile tem sido indicado como questionador da existência da superexploração na América Latina pela elevação salarial e redução da pobreza no país, durante a década de 90. Mas um olhar mais atento mostra exatamente o inverso, isto é, a vinculação da acumulação a ela. O crescimento econômico no Chile se desenvolve depois da ação brutal de uma ditadura fascista que elevou dramaticamente o desemprego e a pobreza. Essa salta de um patamar de 19% da população em 1973 para 45,7% em 1987 e ainda estava em 38,7% em 1990, quando se inicia o crescimento acelerado (Gráfico 17). Como dissociar a apropriação de excedentes obtida a partir do achatamento da renda das famílias dos trabalhadores chilenos do alto dinamismo do capitalismo deste país nos anos 90? A medida em que avança a redução da pobreza o dinamismo econômico perde força e tende à crise em fins dos anos 90. Mas, em 1998, a linha de pobreza ainda era superior a de 1973, enquanto a escolaridade da população havia se elevado em 33%, entre 1970-2001.

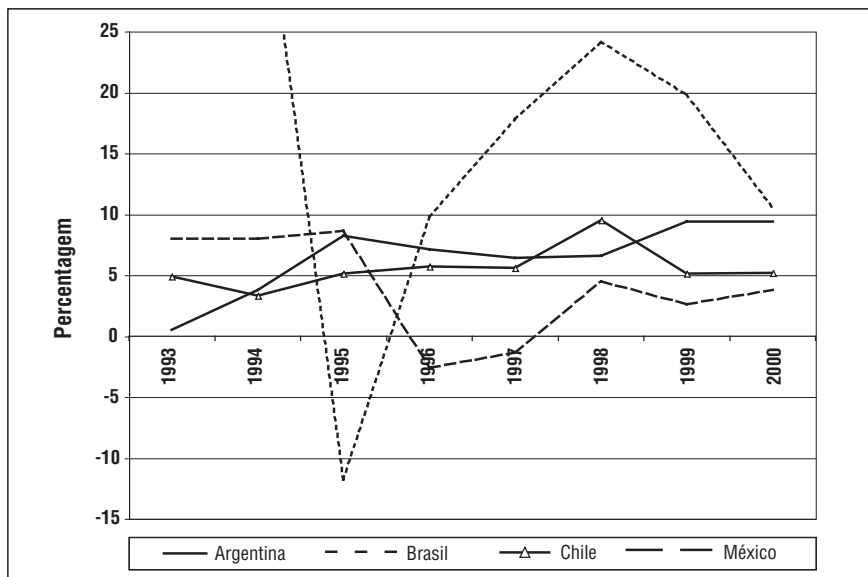
O Brasil, representa outro caso de manifestação da superexploração. Aqui, como na Argentina a valorização cambial mascarou a

elevação do desemprego e a ameaça aos salários. Entre 1994-98, quando real está valorizado, diversos indicadores atestam a elevação da renda dos trabalhadores. Os salários reais sobem de um índice 104.5 em 1990, segundo a CEPAL, para 110.8. Todavia, os indicadores salariais compilados por esta entidade não são homogêneos e dependem das diversas fontes nacionais. No caso brasileiro se referem apenas aos trabalhadores amparados pela legislação trabalhista de seis áreas metropolitanas. Os dados do DIEESE, embora limitados a São Paulo, cobrem o amplo espectro de assalariados do mercado de trabalho e mostram uma série mais consistente com as tendências gerais da economia entre 1980-2002. Indicam que os salários se elevam de um índice de 60.1 para 72,3, entre 1991-98, mas em razão da desvalorização caem para 56.0 em 2002 (Gráfico 18). As disparidades entre a elevação da qualificação e os movimentos dos níveis de renda corroboram a intensa atuação da superexploração. A elevação de 58,% nos níveis de qualificação da população entre 1980-2001 pode ser contrastada com o aumento dos salários em 10%, segundo a CEPAL, entre 1980-2001; ou, inversamente, com a redução de 55% nos salários dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo, entre 1985-2002.

CONCLUSÃO

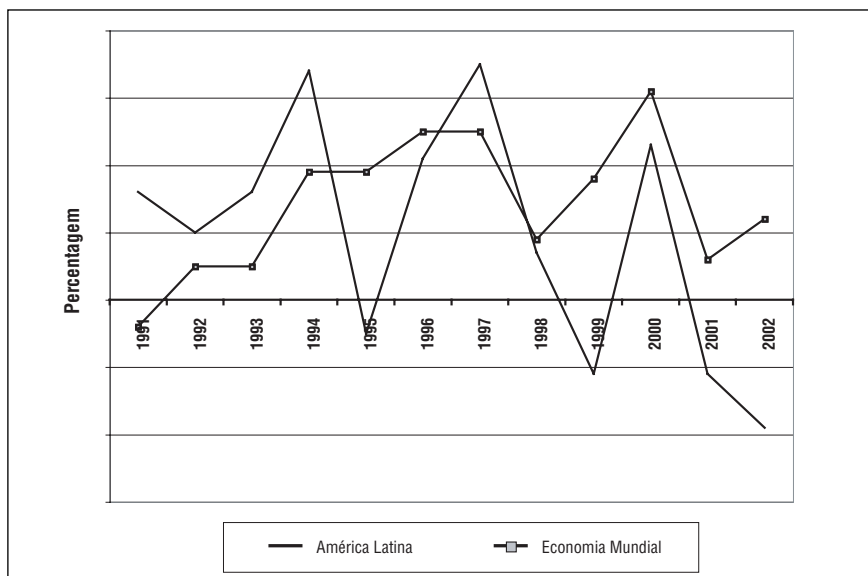
Assinalamos neste trabalho que os padrões de desenvolvimento estabelecidos pelo capitalismo dependente para a América Latina nas próximas décadas são insustentáveis. Eles aprofundam a superexploração, proporcionam perspectivas de crescimento econômico medíocres, criam instabilidades políticas e sociais e articulam-se a uma diretriz de expansão do sistema mundial que é decadente. Torna-se necessário construir um novo padrão de desenvolvimento que priorize o crescimento econômico e se articule com o mercado internacional, mas considere o mercado interno e a integração regional prioridades.

GRÁFICO 1
TAXA DE JUROS REAIS



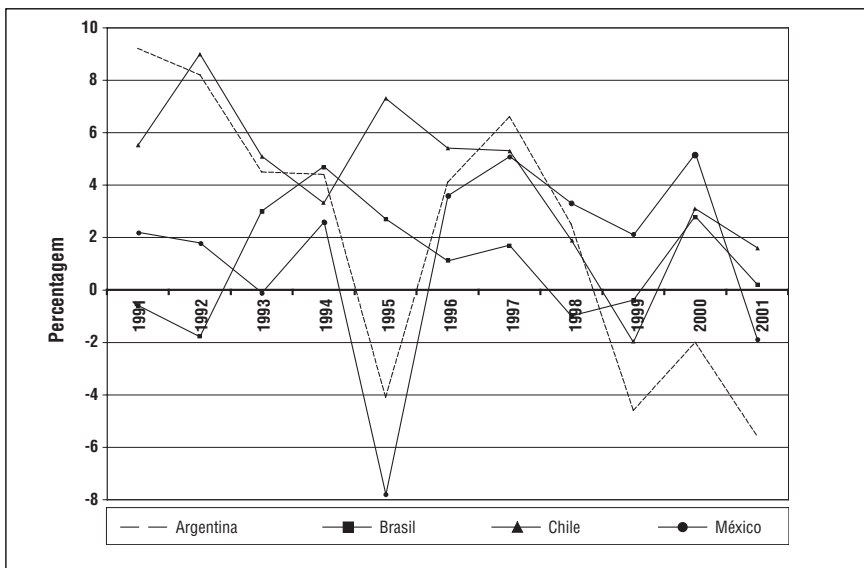
Fonte: CEPAL (1992 e 2003).

GRÁFICO 2
CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE



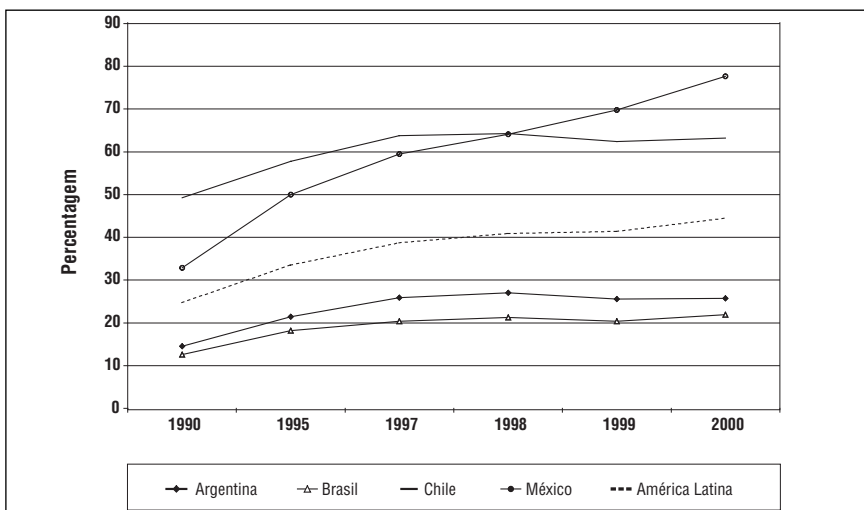
Fonte: CEPAL (1992 e 2003).

GRÁFICO 3
CRECIMIENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE



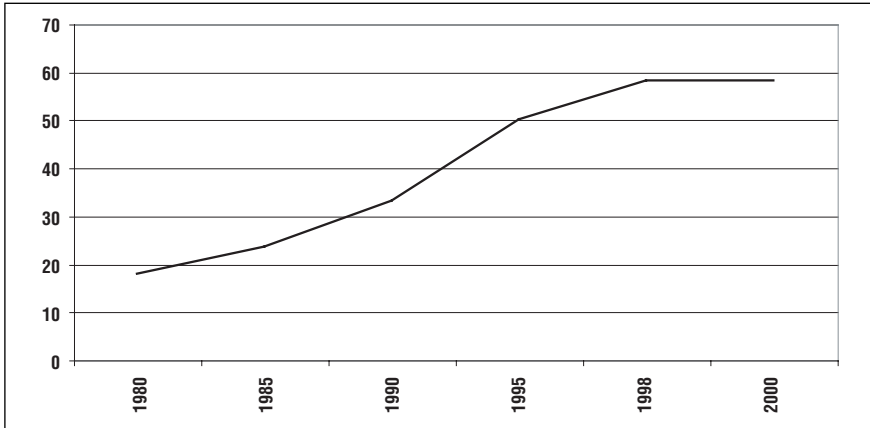
Fonte CEPAL (1992 e 2003).

GRÁFICO 4
COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE
BENS E SERVIÇOS (PERCENTAGEM DO PIB)



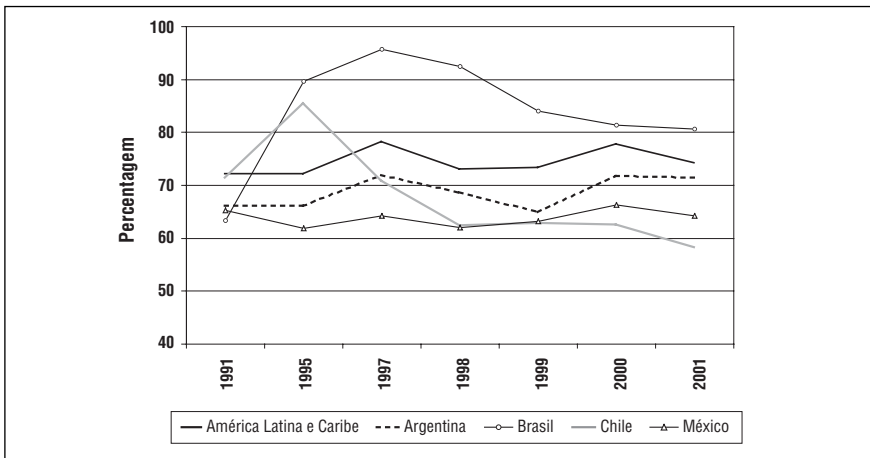
Fonte: CEPAL (1992 e 2003).

GRÁFICO 5
 EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS NA AMÉRICA LATINA
 (PERCENTAGEM DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES)



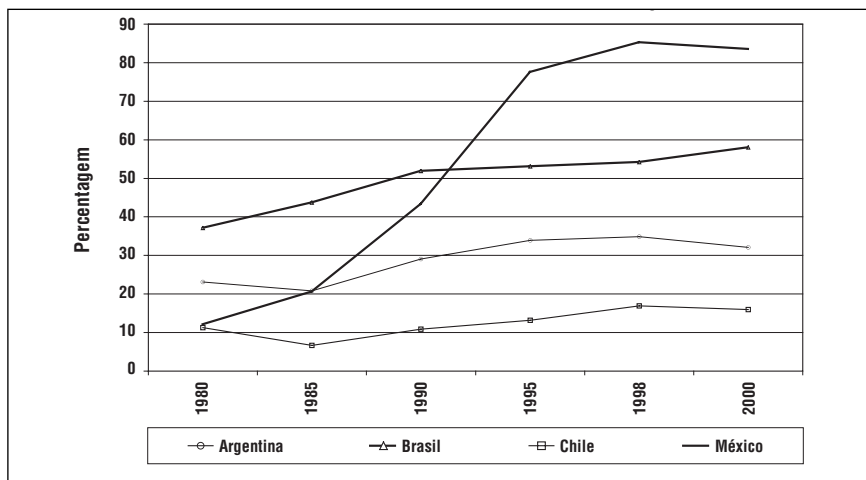
Fonte: CEPAL (1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 6
 AMÉRICA LATINA E CARIBE: TERMOS DA TROCA (1989=100)



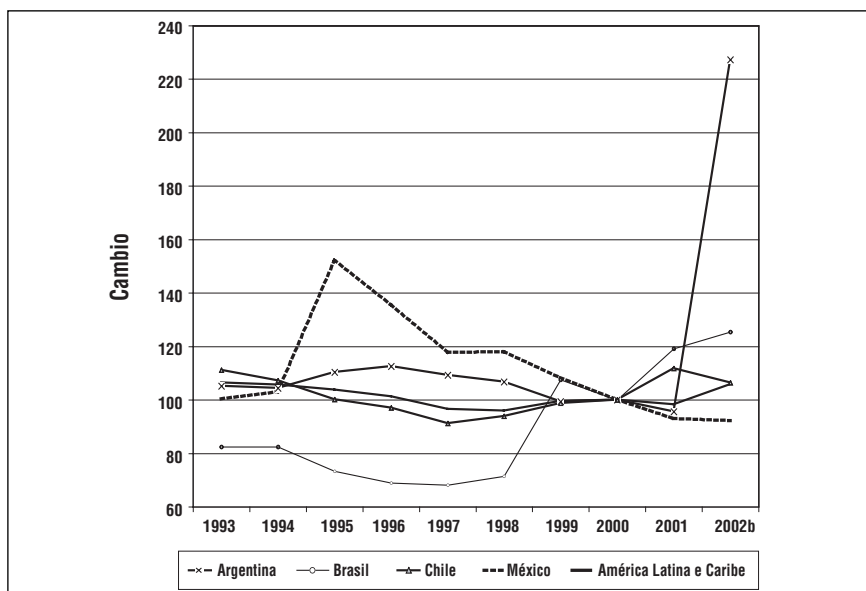
Fonte: CEPAL (1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 7
 EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS
 (PERCENTAGENS DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES)



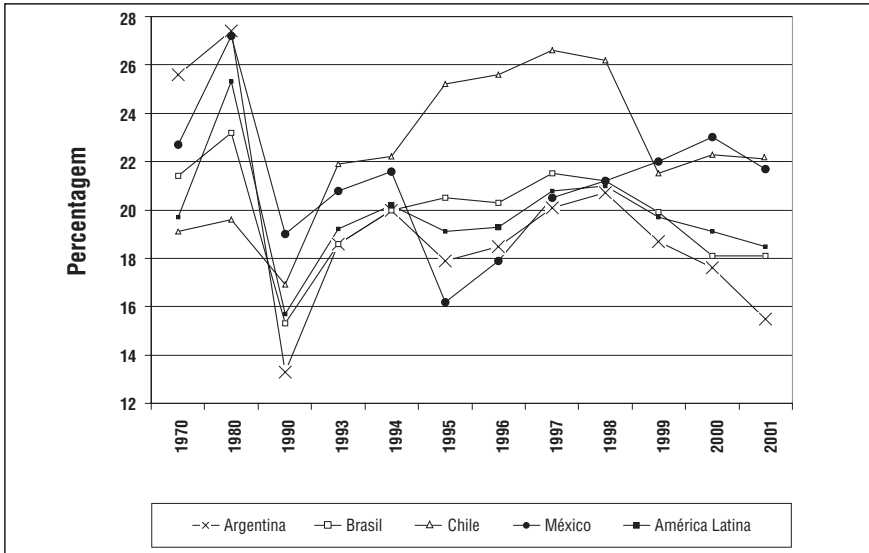
Fonte: CEPAL (1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 8
 CAMBIO REAL EFETIVO



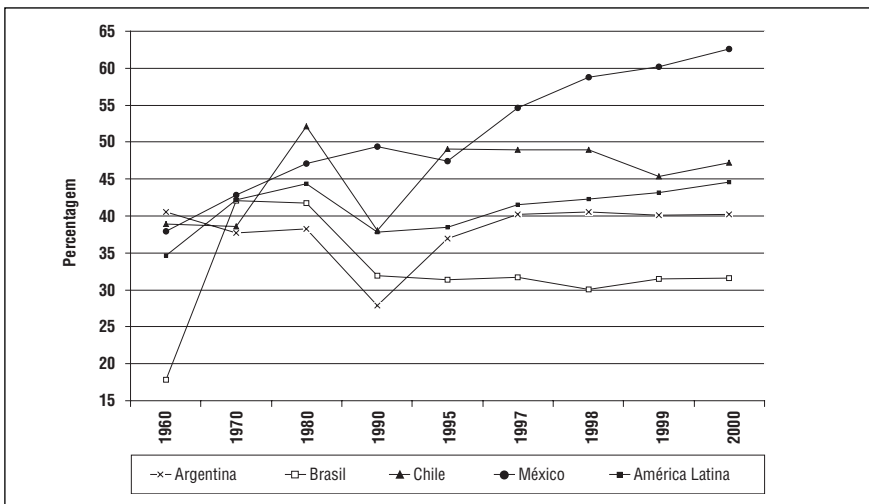
Fonte: CEPAL (1992 e 2003). Para o ano de 2002 os dados são preliminares.

GRÁFICO 9
INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO



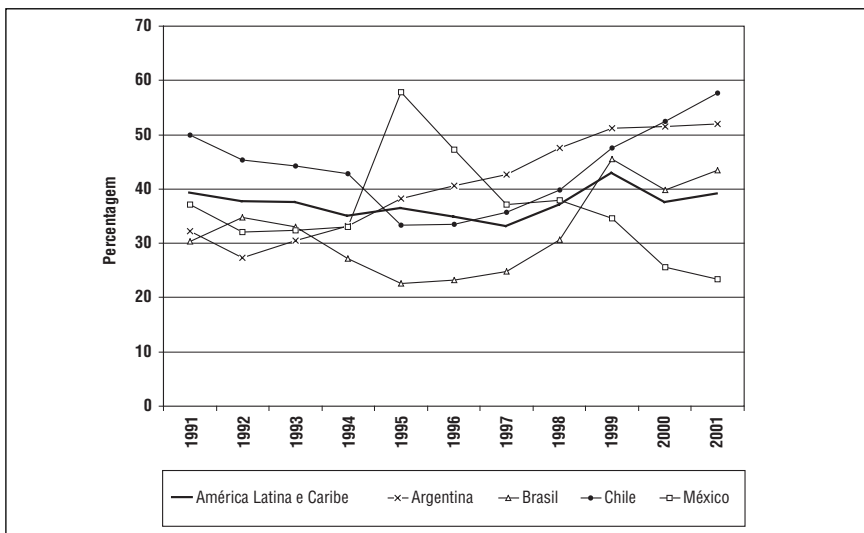
Fonte: CEPAL (1974, 1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 10
INVESTIMENTO EM MAQUINARIA E EQUIPAMENTO EM
PERCENTAGEM DA INVERSÃO BRUTA



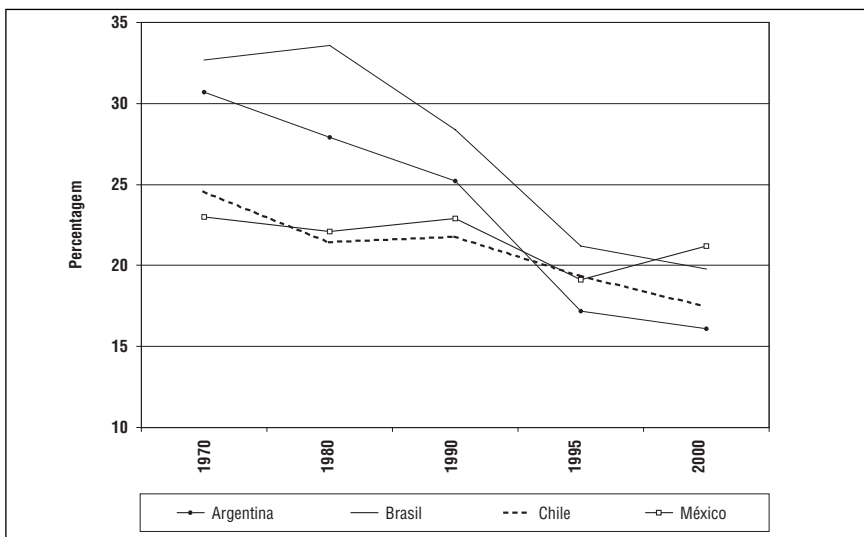
Fonte: CEPAL (1974, 1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 11
 RELAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA E PIB



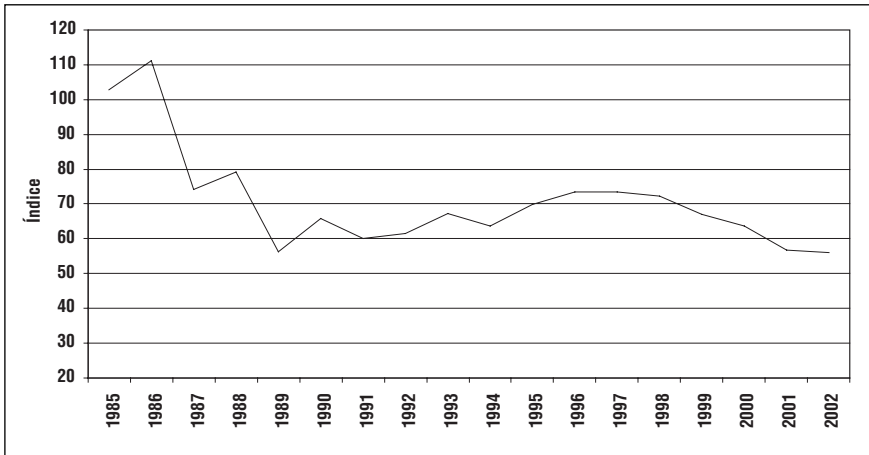
Fonte CEPAL (1992 e 2003).

GRÁFICO 12
 PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA NO PIB



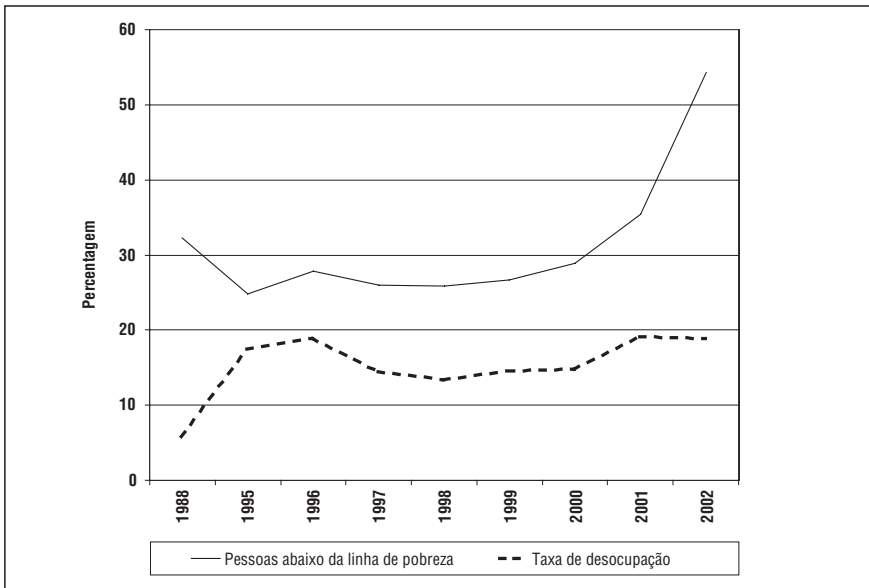
Fonte: CEPAL (1974, 1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 13
RENDIMENTO MÉDIO REAL ASSALARIADO - RMSP (1985=100)



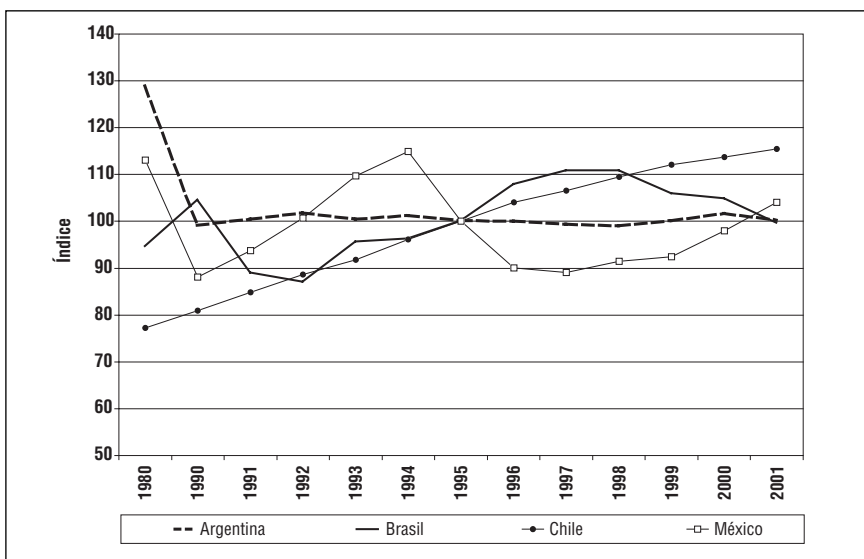
Fonte: CEPAL (1974, 1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 14
LINHA DE POBREZA E DESOCUPAÇÃO NA ARGENTINA



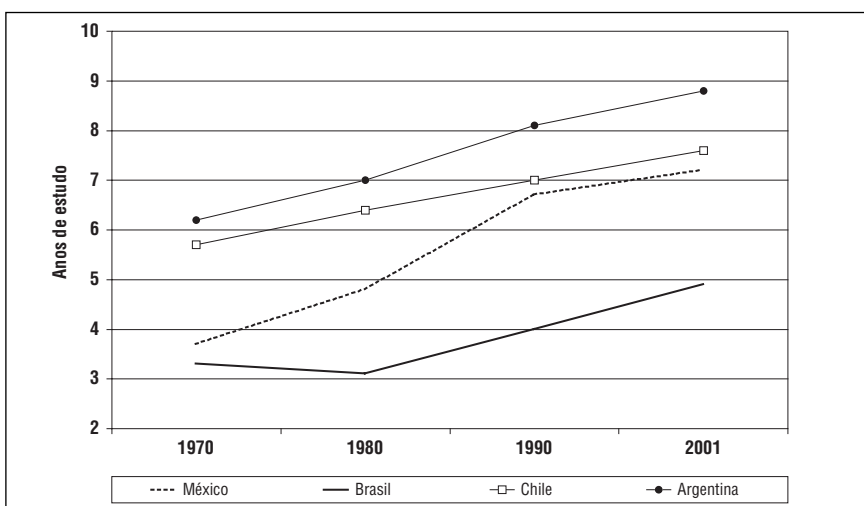
Fonte: INDEC (2003). Os dados referem-se à Grande Buenos Aires.

GRÁFICO 15
 AMÉRICA LATINA E CARIBE:
 EVOLUÇÃO DAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS REAIS (1995=100)



Fonte: CEPAL (1992, 1996 e 2003).

GRÁFICO 16
 ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO (MAIS DE 15 ANOS)



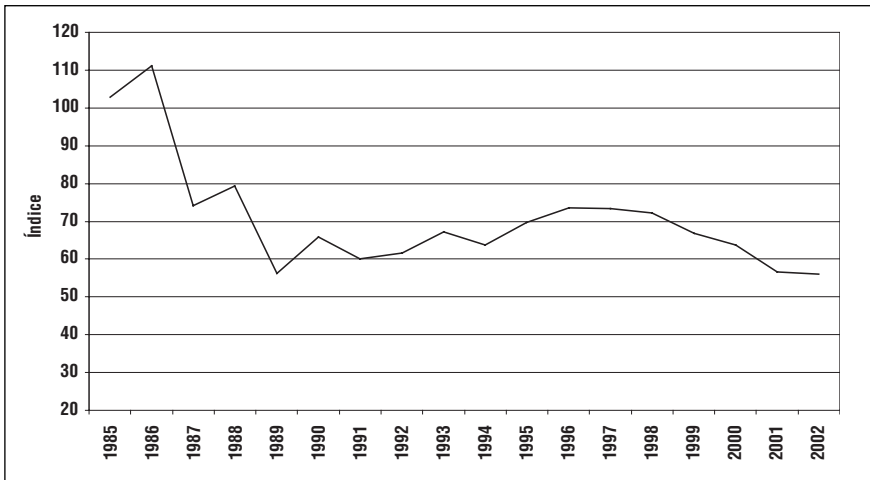
Fonte: United Nations Development Programme (2002).

GRÁFICO 17
LINHA DE POBREZA NO CHILE



Fonte: Pesquisa CASEN MIDEPLAN (1987). Citado de Caputo (2000: 5).

GRÁFICO 18
RENDIMENTO MÉDIO REAL ASSALARIADO - RMSA (1985=100)



Fonte: DIEESE (2003).

BIBLIOGRAFIA

- Caputo, Orlando 2000 *La crisis actual de la economía chilena en los marcos de la globalización de la economía mundial*. Em <<http://www.redem.buap.mx>>. Acesso em 12/2000.
- Caputo, O. e Pizarro, R. 1973 *Dependencia y relaciones internacionales* (Costa Rica: Educa).
- CEPAL 1974 *Anuario estadístico de América Latina*. Santiago (Santiago: CEPAL).
- CEPAL 1985 *América Latina y Caribe: balance de pagos 1950-1984* (Santiago: CEPAL).
- CEPAL 1992 *Anuario estadístico de América Latina*. Santiago (Santiago: CEPAL).
- CEPAL 1996 *América Latina 15 años de desempeño económico* (Santiago: CEPAL).
- CEPAL 2003 *Anuario estadístico de América Latina*. Santiago (Santiago: CEPAL).
- DIEESE 2003 *Boletim DIEESE*. Em <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em 12/2003.
- Dos Santos, Theotônio 1970 "The structure of dependence" em *The American Economic Review* (USA), may .
- Dos Santos, Theotônio 1972 *Dependencia y cambio social* (Santiago: CESO).
- Dos Santos, Theotônio 1995 (1993) *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana* (Petrópolis: Vozes).
- Fajnzylber, Fernando 1983 *La industrialización trunca de América Latina* (México D.F.: Nueva Imagen).
- Hofman, Andre 1998 *Latin American Economic Development: A Causal Analysis in Historical Perspective* (Rijksuniversiteit Groningen).
- INDEC 2003 disponível em <<http://www.indec.mecon.ar>>. Acesso em 01/03/2003.
- Maddison, Angus 1997 (1995) *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas* (Paris: OECD).
- Maddison, Angus 2001 *The world economy: a millennial perspective* (París: OECD).

- Martins, Carlos Eduardo 2000 “Superexplotación del Trabajo y Acumulación de Capital: Reflexiones Teórico Metodológicas para una Economía Política de la Dependencia” en *Problemas Del Desarrollo Revista Latinoamericana de Economía* (México D.F.), N° 123.
- Martins, Carlos Eduardo 2003 *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia (USP).
- Rocha, F. e Kupfer, D. 2002 *Evolução das empresas líderes brasileiras na década de 90* (Rio de Janeiro: IE/UFRJ).
- Schumpeter, J. 1989 (1938) *Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process* (Philadelphia: Porcupine Press).
- United Nations Development Programme 2003 *Human development reports 2002*. Em <<http://www.undp.org>>. Acesso em 27/01/2003.